



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 14/03/2016
(Contém folhas)

ATA Nº 07

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereadores:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 14/03/2016

ATA Nº 07

----- Aos catorze dias do mês de março do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 29 de fevereiro de 2016 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - Comissão de Melhoramentos da Póvoa - Páscoa 2016 Convite

----- Foi presente uma carta da Comissão de Melhoramentos da Póvoa, a formular convite ao Executivo da Câmara Municipal, para a Festa da Aldeia - Páscoa 2016, a realizar nos dias 25, 26 e 27 de março do corrente ano. -----

1.1.2 - Liga de Melhoramentos de Braçal - Convite

----- Foi presente uma carta da Liga de Melhoramentos de Braçal, a formular convite para um almoço-convívio a realizar no dia 26 de março do corrente ano. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - CÂMARA MUNICIPAL

2.1.1 - Cerimónia de Comemoração do Feriado Municipal de Pampilhosa da Serra - 10 de Abril de 2016

2.1.1.1 - Atribuição de Medalhas Honoríficas

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- No âmbito das comemorações do próximo dia 10 de Abril, Feriado Municipal, e de acordo com o Regulamento para Concessão de Medalhas e Distinções Honoríficas, proponho, distinguir, com a Medalha Municipal de Valor e Altruísmo, e Medalha de Bons Serviços, as seguintes individualidades, respetivamente: -----

MEDALHA MUNICIPAL DE VALOR E ALTRUÍSMO

Carlos Manuel Rebelo Simões
- A título póstumo

----- Carlos Manuel Rebelo Simões nasceu na vila de Pampilhosa da Serra, onde viveu e exerceu, durante 15 anos, as funções de Gerente da Caixa Geral de Depósitos. -----

----- Sobejamente conhecido de todos os pampilhosenses, era um homem interessado pelo seu concelho, sempre disposto a ajudar e a colaborar com os seus conterrâneos. -----

----- O seu lado humanista fez dele uma personalidade amplamente acarinhada, tendo tido um papel relevante na criação da Fundação Dr. Fernando Nunes Barata, onde era membro do Conselho de Administração. -----

----- A Câmara Municipal, após votação, através de voto secreto, aprovou por unanimidade, atribuir a Medalha Municipal de Valor e Altruísmo a título póstumo, a Carlos Manuel Rebelo Simões. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

José Henrique Martins de Almeida

----- Nasceu em Lisboa, no seio de uma família pampilhosense, concluindo o ensino primário no concelho de Pampilhosa da Serra. Ainda jovem, regressou a Lisboa onde



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

completou o Curso de Correspondentes, no Instituto Português do Comércio, e iniciou a sua vida profissional. Em 1 de julho de 1963, fundou aquela que é hoje uma empresa de referência nacional : a Martins de Almeida & Rodrigues Lda., conhecida com a marca Manufaturas Roma. -----

----- A Câmara Municipal, após votação, através de voto secreto, aprovou por unanimidade, atribuir a Medalha Municipal de Valor e Altruísmo a José Henrique Martins de Almeida. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

Carlos Alberto de Almeida

----- Nasceu em Pescansecos Cimeiro, no concelho de Pampilhosa da Serra. Foi para Lisboa com apenas 2 anos de idade, onde completou o Curso Comercial. Homem de espírito empreendedor, associou-se em 1973 ao grande projeto empresarial da Martins de Almeida & Rodrigues, Lda. - Manufaturas Roma, do qual é sócio. -----

----- A Câmara Municipal, após votação, através de voto secreto, aprovou por unanimidade, atribuir a Medalha Municipal de Valor e Altruísmo a Carlos Alberto Almeida . -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

Arnaldo Rodrigues de Almeida

----- Com origens em Pescansecos Cimeiro, nasceu em Lisboa onde estudou e desenvolveu o seu curriculum profissional. Homem de grande visão, fundou em 1982 a Cartune, uma empresa de referência nacional com mais de 30 anos de prestígio e qualidade. -----

----- A Câmara Municipal, após votação, através de voto secreto, aprovou por unanimidade, atribuir a Medalha Municipal de Valor e Altruísmo a Arnaldo Rodrigues de Almeida. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

António Monteiro Antunes Robalo

----- Natural de Vidual de Cima, foi muito novo para Lisboa onde estudou o Curso Complementar de Comércio. Em 1988 comprou a Pollux, mantendo a atividade principal da empresa na venda ao público e comercialização de artigos para o lar. O seu espírito empreendedor permitiu-lhe desenvolver a empresa, introduzindo a vertente de revenda para profissionais na área de hotelaria. O Grupo Pollux conta atualmente com uma vasta rede de lojas em todo o país. -----

----- A Câmara Municipal, após votação, através de voto secreto, aprovou por unanimidade, atribuir a Medalha Municipal de Valor e Altruísmo a António Monteiro Antunes Robalo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

Carlos Eduardo da Silva Pereira

----- Com origens familiares em Vidual de Cima, Carlos Pereira nasceu em Lisboa, iniciando a sua vida desportiva com apenas 13 anos, no Sporting Clube de Portugal. Aos 17 anos já era jogador profissional no Clube de Alvalade. Passou pelo Estoril durante duas épocas e terminou a sua carreira de jogador profissional de futebol em 1982, no Belenenses. A sua paixão pelo futebol e o seu talento valeram-lhe uma vida profissional de sucesso, enquanto jogador e treinador de figuras como Figo, Ronaldo, Quaresma, Simão, Nani entre muitas outras. Carlos Pereira é hoje comentador desportivo na SIC e na Bola TV. -----

----- A Câmara Municipal, após votação, através de voto secreto, aprovou por unanimidade, atribuir a Medalha Municipal de Valor e Altruísmo a Carlos Eduardo da Silva Pereira. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

Isaura do Carmo Costa Fernandes

----- Nasceu em Lisboa, no seio de uma família fajaense (Fajão - Pampilhosa da Serra). -

----- Dedicou profissionalmente a sua vida à arte da moldagem manual de calçado para senhora, mas o amor à sua terra valeu-lhe uma vida de quase 50 anos dedicada ao Regionalismo, com diversos cargos na Liga Pró-Melhoramentos da Freguesia de Fajão, sócia de mais de quinze coletividades e Vice-Presidente da Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal, após votação, através de voto secreto, aprovou por unanimidade, atribuir a Medalha Municipal de Valor e Altruísmo a Isaura do Carmo Costa Fernandes. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

MEDALHA DE BONS SERVIÇOS

Jorge Manuel dos Santos Dias

----- Jorge Manuel dos Santos Dias, foi funcionário da Câmara Municipal, com a categoria de Assistente Operacional, desde 01/06/1994 a 01/02/2015. -----

----- Considerando a forma cumpridora, dedicada e responsável com que exerceu as suas funções, conquistando o respeito e a simpatia de colegas e chefias, pelo Sr. Presidente da Câmara foi proposto que lhe seja atribuída a Medalha de Bons Serviços. ----

----- A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

José Barata Nunes

----- José Barata Nunes, exerceu as suas funções de Assistente Operacional na Câmara Municipal, no período de 01/06/1994 a 01/01/2015. -----

----- Pela forma responsável, dedicada e cumpridora com que exerceu as suas funções, conquistando o respeito e a simpatia de colegas e chefias, pelo Sr. Presidente da Câmara foi proposto que lhe seja atribuída a Medalha de Bons Serviços. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

Mário Garcia Mendes

----- Mário Garcia Mendes, foi funcionário da Câmara Municipal, com a categoria de Assistente Operacional, desde 01/12/2010 a 01/07/2015. -----

----- Considerando a forma cumpridora, dedicada e responsável com que exerceu as suas funções, conquistando o respeito e a simpatia de colegas e chefias, pelo Sr. Presidente da Câmara foi proposto que lhe seja atribuída a Medalha de Bons Serviços. ----

----- A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade aprovar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3- DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 10 de março de 2016, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

De operações orçamentais: 1.395.177,15 € (Um milhão, trezentos e noventa e cinco mil, cento e setenta e sete euros e quinze cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 343.775,36 € (trezentos e quarenta e três mil setecentos e setenta e cinco euros e trinta e seis cêntimos), num total de 1.748.547,34 € (um milhão setecentos e quarenta e oito mil quinhentos e quarenta e sete euros e trinta e quatro cêntimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA - SECRETARIA

4.1.1 - B.A.D.A. - Bike Associação Desporto Aventura - Proposta de realização da 2ª Etapa da Taça de Portugal DHI 2016 - Pedido de isenção de taxas

----- Pela B.A.D.A. - Bike Associação Desporto e Aventura, foi presente uma Proposta de realização da 2ª Etapa da Taça de Portugal DHI 2016, nos dias 2 e 3 de Abril de 2016 em Pampilhosa da Serra, e em que solicita a isenção do pagamento de todas as taxas respeitantes ao respetivo licenciamento. -----

----- Relativamente ao assunto em apreço, foi presente uma informação da Secção Administrativa - Serviço de Secretaria, a informar que de acordo com as alíneas c) do artigo 8º do Regulamento Geral das Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, poderão ser isentos do pagamento de todas as taxas, pelo que se submete à consideração superior.-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.2 – Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense

- 7º Encontro de Bandas 09/04/2016

- Pedido de isenção de taxas ocupação da via pública

----- Foi presente uma carta do Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense, a comunicar que pretende levar a efeito o 7º Encontro de Bandas, inserido nas comemorações do seu Aniversário, no dia 09 de abril do corrente ano, pelo que, solicita a isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública. -----

----- Relativamente ao pedido formulado, foi presente uma informação da Secção Administrativa – Serviço de Secretaria, a comunicar que, de acordo com o regulamento municipal em vigor, nada há a opor, contudo a entidade requerente solicita unicamente isenção do pagamento de taxas para a emissão de licença de ocupação da via pública mas o referido evento obriga a emissão de licença para o exercício de atividade de realização de espetáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos, pelo que, deverão ser isentas as duas licenças. Submete à consideração superior. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 – DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

5.1 – SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

5.1.1 – Prestação de serviços de aluguer de máquina de rastros

- Pedido de parecer prévio vinculativo

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência da necessidade de ser contratada a prestação de serviço em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- I – Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo -----

----- A. A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença, ou cujo objeto seja a consultadoria técnica, e independentemente da natureza da contraparte, por parte das autarquias locais, carecem de parecer prévio vinculativo



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

do órgão executivo, conforme resulta da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015, mais concretamente do disposto no n.º 12 do seu artigo 75.º, conjugado com o disposto no Decreto-lei n.º 253/2015 de 30/12 que estabelece o regime transitório de execução orçamental até à entrada em vigor do orçamento de estado para 2016; -----

----- B. O n.º 12 do seu artigo 75.º da Lei OE 2015 prevê que aquele parecer é da competência do órgão executivo da autarquia local, sendo os seus termos e tramitação regulados pela Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, que corresponde à portaria prevista no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/99, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.º 3-B/2010, de 28 de abril, n.º 66/2012, de 31 de dezembro, e n.º 80/2013, de 28 de novembro; -----

----- C. Nas autarquias locais, a emissão do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro é da competência do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015 de 26/05; -----

----- D. Para efeitos de emissão do referido parecer prévio é necessário observar o disposto no n.º 2 do artigo 3.º da referida portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, ou seja: -----

----- a. Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

----- b. Verificação da existência de cabimento orçamental; -----

----- c. Verificação da inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável; -----

----- d. Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro; -----

----- e. Importa referir que nos termos do n.º 21 do artigo 75.º da mencionada Lei do Orçamento de Estado, são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados em violação do disposto no presente artigo. -----

----- II – Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----

----- Considerando: -----

----- 1) Que o objeto do presente contrato consiste na contratação dos serviços de aluguer de máquina para trabalhos de construção com operador, designado “Prestação de serviços de aluguer de máquina de rastros”; -----

----- 2) Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante; -----

----- 3) A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços. Aplicação da portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro que regulamenta os termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, previsto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro. Estando em causa mera prestação de serviços, ou seja, a satisfação de necessidades que



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

envolvem a execução de trabalho autónomo - sendo que estes, pela sua natureza não podem ser asseguradas mediante uma relação jurídica de emprego público, por quem seja, ou esteja, investido nessa modalidade de vinculação -, não tem sentido algum, nem sequer se afigura lógico, demonstrar a inexistência de pessoal em situação de requalificação. O que é decisivo acautelar é a fundamentação da contratação externa, ou seja, a ausência de subordinação jurídica e a inconveniência da constituição de uma relação jurídica de emprego público, o que se demonstra que está realmente acautelado pela informação do serviço requisitante, no que se reporta à execução de trabalho autónomo e que se mostra inadequado o recurso a tal modalidade de vinculação. Sem prescindir, sempre se dirá que tal poderá mostrar-se irrelevante face ao entendimento da CCDR-Centro no que se reporta à não aplicabilidade da portaria aqui em apreciação, às autarquias locais, sendo que em virtude de tal entendimento caberá às CIM's a gestão daqueles trabalhadores - o que, diga-se ainda não está regulamentado ; -----

----- 4) Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP; -----

----- 5) Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto - Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto - Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho;-----

----- 6) Que o valor base estimado é de 19.062,50 € (dezanove mil, sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

----- 7) Que serão consultadas as seguintes entidades: -----

----- a) Tapada da Fonte, Sociedade Agro Pecuária e Florestal, Lda, com sede em Quinta das Laranjeiras, Lote 8, 5º Dtº, 6000-135 CASTELO BRANCO -----

----- b) Nova Floresta, Lda, com sede na Rua D. Vicente, 6160-337 OLEIROS;-----

----- c) Construções do Muradal, Lda, com sede na Rua Santa Margarida, 32, 6160-414 OLEIROS; -----

----- 8) Que o valor base da prestação de serviços é de 19.062,50 € (dezanove mil, sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental na rubrica orçamental: Orgânica 0102 Económica 07.01.04.08;-----

----- 9) A inexistência de um valor contratual (global) relativo ao ano anterior, não permite ter uma base para aplicação da redução prevista no n.º1 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.-----

----- III - Da proposta em sentido estrito -----

----- Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto, designadamente, no n.º 5, nas alíneas a), b) e c) do n.º 6, e n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2015, conjugado com o disposto no Decreto lei n.º 253/2015 de 30/12 que estabelece o regime transitório de execução orçamental até à entrada em vigor do orçamento de estado para 2016, no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/99, de 3 de setembro,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

e nos artigos 1º, 2º e 3º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, emitir parecer prévio favorável, relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços referido em epígrafe. -----

----- Assim, proponho que a presente informação seja apreciada e votada em reunião de Câmara e em caso de merecer aprovação, que o seja em minuta.-----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer prévio favorável, relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços referido em epígrafe. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.2 - Receção definitiva e libertação de caução

- EMPREITADA: Construção da EB1/ JI de Dornelas do Zêzere

- ADJUDICATÁRIO: Argoconstrutora, Construção Civil, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “Em 10/02/2016 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe.-----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial foi prestada a garantia bancária nº125-02-1427305 emitida em 23/09/2008 pelo Banco Comercial Português, S.A, no valor de 61.000,61 €, correspondente a 5% do valor total da empreitada, sendo que neste momento apresenta um valor de 15.821,59 € dado que a mesma foi acionada anteriormente pelo Município para pagamento de 45.179,02 € correspondente à revisão de preços.-----

----- Para reforço de caução foi prestada a garantia bancária nº125-02-1619303 emitida em 10/12/2009 pelo Banco Comercial Português, S.A, no valor de 61.000,61 €, correspondente a 5% do valor total da empreitada.-----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertadas as seguintes garantias: -----

----- - Garantia bancária nº125-02-1427305 emitida em 23/09/2008 pelo Banco Comercial Português, S.A, no valor de 61.000,61 €, correspondente a 5% do valor total da empreitada, sendo que neste momento apresenta um valor de 15.821,59 €; -----

----- - Garantia bancária nº125-02-1619303 emitida em 10/12/2009 pelo Banco Comercial Português, S.A, no valor de 61.000,61 €; -----

----- À consideração superior. “ -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.3 - Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2015 - 2017

- Alteração da designação social do co contratante

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ O Município de Pampilhosa da Serra, assinou o contrato de aquisição de serviços referente ao procedimento em epígrafe em 16/11/2015, tendo um prazo de prestação de serviço de 24 meses após a assinatura do citado contrato. -----

----- Em 05/02/2016 deu entrada nos serviços deste Município um ofício datado de 25/01/2016, registado sob o nº 1399, onde a empresa Cruz Martins & Associada, Lda vem referir que em 12/01/2016 ocorreu uma alteração de estrutura societária da empresa Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Unipessoal, Lda. -----

----- De acordo com o contido na exposição apresentada e na certidão permanente da empresa com o código de acesso 7401-2555-0674 ocorreu a transformação da empresa de unipessoal por quotas para sociedade por quotas. -----

----- A estrutura societária passou a integrar a Drª Sofia Salvado Martins e o Dr. João Alberto da Cruz Martins que já era sócio da Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Unipessoal, Lda. -----

----- A presente situação, após análise jurídica e consulta aos serviços da Associação Nacional de Municípios Portugueses, obriga à celebração de uma adenda ao contrato celebrado no sentido de alterar a designação social e estrutura societária: -----

----- Contudo, não existe qualquer alteração das condições e obrigações entre as partes, não há qualquer prejuízo ou inconveniente para o Município. -----

----- Assim, proponho a V. Exª que o presente assunto seja apreciado e votado em reunião de Câmara e que: -----

----- a) Seja celebrada uma adenda ao contrato de modo a conformar o mesmo com a nova realidade societária; -----

----- b) Seja aprovada a minuta da adenda ao contrato a celebrar entre as partes; -----

----- c) Seja dado conhecimento destes factos à Assembleia Municipal, atento a que a decisão final de adjudicação é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, pese embora não exista alteração da entidade adjudicatária. -----

----- À consideração superior.” -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- a) Que seja celebrada uma adenda ao contrato de modo a conformar o mesmo com a nova realidade societária; -----

----- b) Aprovar a minuta da adenda ao contrato a celebrar entre as partes; -----

----- c) Dar conhecimento destes factos à Assembleia Municipal, atento a que a decisão final de adjudicação é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, pese embora não exista alteração da entidade adjudicatária. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

6.1 AÇÃO SOCIAL

6.1.1 - Reavaliação de Escalão B - Registo 1784 - Ação Social Escolar

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- *"No seguimento do pedido efetuado para reavaliação de escalão do Educando Rodrigo Costa, e de acordo com a avaliação do processo de Ação Social Escolar em acompanhamento neste Gabinete, propõe-se a isenção do mesmo tendo em conta a análise da situação atual. -----*

----- *À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6.2 - CULTURA

6.2.1 - Relatório - Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos - 2015

----- Foi presente uma informação do Serviço de Cultura, a remeter o Relatório referente à atribuição de apoios no ano de 2015, no âmbito do Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, e quadro comparativo com os anos de 2012, 2013 e 2014, que se transcreve: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO 2015

----- De acordo com a redação expressa na Lei nº5-A/2002, de 11 de janeiro, sob proposta da Câmara Municipal foi aprovado o Regulamento Municipal para Atribuição de Apoio a Estratos sociais Desfavorecidos, constituindo-se uma medida importante para a promoção de melhores condições de vida às famílias mais carenciadas do Concelho. ----

----- Desta forma foram apoiadas 26 famílias, num total de 28 processos instruídos neste Gabinete de Ação Social e deferidos pelo Município de Pampilhosa da Serra, designadamente: -----

Nº Processo	Montante para apoio
	485 €
Processo nº 02/2015/RMAAESD	350 €
Processo nº 03/2015/RMAAESD	800 €
Processo nº 04/2015/RMAAESD	700 €
Processo nº 05/2015/RMAAESD	250 €
Processo nº 06/2015/RMAAESD	400 €
Processo nº 07/2015/RMAAESD	400 €
Processo nº 08/2015/RMAAESD	300 €
Processo nº 09/2015/RMAAESD	350 €
Processo nº 10/2015/RMAAESD	200 €
Processo nº 11/2015/RMAAESD	150 €
Processo nº 12/2015/RMAAESD	400 €
Processo nº 13/2015/RMAAESD	250 €
Processo nº 14/2015/RMAAESD	250 €
Processo nº 15/2015/RMAAESD	600 €
Processo nº 16/2015/RMAAESD	350 €
Processo nº 17/2015/RMAAESD	600 €
Processo nº 18/2015/RMAAESD	300 €
Processo nº 19/2015/RMAAESD	700 €
Processo nº 20/2015/RMAAESD	0€ (anulado)
Processo nº 21/2015/RMAAESD	500 €
Processo nº 22/2015/RMAAESD	600 €
Processo nº 23/2015/RMAAESD	370 €
Processo nº 24/2015/RMAAESD	400 €
Processo nº 25/2015/RMAAESD	200 €



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

Processo n.º 26/2015/RMAAESD	€ (anulado)
Processo n.º 27/2015/RMAAESD	350 €
Processo n.º 28/2015/RMAAESD	380 €
Processo n.º 29/2015/RMAAESD	300 €

----- O valor total de apoio prestado pelo Município foi de 10.935,00 €. -----
----- De referir que duas famílias usufruíram de um reforço de apoio económico durante o ano de 2015, tendo em conta a gravidade da situação social e económica. -----
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----




